

A agenda econômica de Temer

Vencida a batalha política no Congresso, o presidente da República aproveita uma janela de oportunidade para lançar uma nova leva de concessões de infraestrutura e acelerar as reformas estruturais e microeconômicas com o objetivo de tirar o País da recessão



Michel Temer: “Se alguém quiser popularidade, com objetivos eleitorais, não faz o que estou fazendo” (Crédito: João Castellano / Ag. Istoé)

Luis Artur Nogueira

Ao retratar o governo Temer, os livros de História do Brasil poderão dividi-lo em três capítulos. O primeiro abordará o período de pouco mais de três meses de interinidade, em 2016, entre o afastamento e a conclusão do impeachment de Dilma Rousseff. O destaque principal naquele momento foi a formação de uma equipe econômica qualificada. O segundo capítulo, que vai incluir a aprovação da PEC dos gastos, terá um desfecho inusitado em 17 de maio de 2017, com as gravações

comprometedoras da JBS. A última parte, que ainda está sendo escrita, pode ser a mais importante para o futuro do País e para a própria biografia do presidente da República. Além das vitórias políticas do peemedebista no Tribunal Superior Eleitoral (absolveu a chapa Dilma-Temer) e no Congresso (barrou a primeira denúncia da Procuradoria-Geral da República, a PGR), o período já contempla a aprovação da reforma Trabalhista, a primeira de uma ambiciosa lista.

É exatamente por esse capítulo que Temer quer ser lembrado no futuro. Nos últimos dias, o presidente reuniu sua equipe, promoveu encontros para reaglutinar a base aliada e estabeleceu como prioritária a agenda econômica, que inclui reformas estruturais, concessões de infraestrutura e ajustes microeconômicos.



Roberto Medeiros, presidente da Multiplus: “Que o governo Temer entre para a história como um governo reformista.”

Temer quer passar para a História como um presidente reformista, que recolocou o Brasil nos trilhos. Sua grande ambição é aprovar a polêmica reforma da Previdência Social, cujo déficit chegará a R\$ 200 bilhões no ano que vem. O projeto, que já passou pela comissão especial, está pronto para enfrentar uma dura batalha no Congresso Nacional. Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o texto precisa receber o aval de dois terços dos parlamentares, em duas sessões, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Embora a recente vitória do presidente Temer, que angariou 263 votos contra a denúncia da PGR, tenha lhe fortalecido politicamente, o placar é insuficiente para aprovar as novas regras da aposentadoria.

Nas contas do núcleo político do governo, o ideal é ter ao menos 320 votos confirmados para, na prática, obter os 308 votos necessários, sem correr grandes riscos. “Tivemos 263 votos [na votação da denúncia da PGR] e ainda 20 ausências. Os mais de 20 [deputados] do PSDB que votaram contra são a favor das reformas”, afirma Temer com exclusividade à DINHEIRO (leia entrevista aqui). “E muitos dos que votaram contra [ele] votarão a favor das reformas.” O caminho, no entanto, não será tão fácil. O procurador-





geral da República, Rodrigo Janot, prepara mais duas denúncias contra o presidente Temer. “Novas delações podem atingir inquéritos sobre Temer”, disse Janot à Folha de S. Paulo, na segunda-feira 7. “Restam flechas.”

Outro desafio de Temer é acalmar os partidos do Centrão, que ameaçam votar contra a reforma da Previdência se não receberem cargos no governo. Para a equipe econômica, liderada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o debate sobre a Previdência é a prioridade máxima, pois as novas regras vão permitir uma trajetória sustentável das contas públicas. “É premente a Reforma da Previdência: se não a fizermos, os gastos com aposentadorias e pensões consumirão 80% do orçamento, até 2050”, afirmou o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, na segunda-feira 7, em evento do Grupo de Líderes Empresariais (Lide).



José Velloso, presidente da Abimaq: “As empresas, que já estão muito endividadadas, não conseguem investir com juros elevados”

AS MEDIDAS E O CONGRESSO

Agenda econômica do governo depende de amplo apoio dos parlamentares

-  Reforma da Previdência: projeto aprovado em comissão precisa de dois terços dos votos na Câmara e no Senado, em dois turnos
-  Juros do BNDES: Medida Provisória precisa ser convertida em lei para transformar a TJLP em TLP
-  Novo Refis: os parlamentares pioraram a proposta do governo, favorecendo as empresas devedoras. Agora, o governo pretende alterá-la novamente
-  Reoneração da folha: Medida Provisória editada no mês passado perdeu a validade e será substituída por um projeto de lei a ser votado no Congresso Nacional
-  Reforma Tributária: projeto ainda será enviado pelo governo ao Congresso
-  Revisão da meta fiscal: se a equipe econômica alterar a meta de déficit para 2017 e 2018, o Congresso precisará aprová-la
-  Reajuste dos servidores: governo estuda adiar para 2018 os reajustes prometidos. Embora não precise do aval do Congresso, uma eventual oposição dificultaria a articulação política

Os cerca de 400 representantes do setor produtivo que compareceram ao evento, em São Paulo, concordam com a posição do ministro, num contexto em que as metas fiscais de 2017 e 2018 estão cada vez mais inatingíveis. “A PEC dos gastos e a reforma trabalhista foram um tremendo avanço”, afirma João Carlos Brega, presidente da Whirlpool para a América Latina. “Agora, precisamos das reformas da Previdência e política, com o objetivo de diminuir o tamanho do Estado.” Alguns empresários reconhecem que a situação fiscal dramática até poderia justificar um aumento de impostos, como o anunciado recentemente para os combustíveis, mas reclamam do efeito cascata na economia. “O aumento de impostos foi uma forma de pressionar e chamar a atenção da população para a urgência das reformas”, afirma Carlos Tilkian, presidente da Estrela. “Mas acho um erro muito grande dar o mesmo enfoque para a gasolina e o diesel, que aumenta o custo do frete.”

DESBUROCRATIZAÇÃO O rombo fiscal foi o tema de uma grande reunião na quinta-feira 10, em Brasília, entre o presidente Temer, os ministros da área política e econômica, e os principais líderes do Congresso Nacional. Nos bastidores, comenta-se que, nos próximos dias, serão anunciados a revisão da meta fiscal e o adiamento do reajuste dos salários dos servidores, entre outras medidas (leia reportagem aqui). Segundo o ministro Dyogo de Oliveira, o esforço do governo não ficará restrito ao tema das aposentadorias. Vencida essa etapa, ainda em 2017, o governo planeja encaminhar uma proposta de reforma tributária que, nas palavras do presidente Temer, “proporcionará uma simplificação dos impostos”.

O ministro Meirelles empunha a bandeira da desburocratização e ressalta que é preciso reduzir o tempo que as empresas gastam para recolher tributos. “O tempo médio de 2,6 mil horas por ano pode ser reduzido para menos de





600 horas”, afirma Meirelles. O primeiro passo da reforma é a alteração do PIS/Cofins e, em seguida, serão promovidas mudanças no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a principal fonte de receitas dos Estados. A simplificação tributária, defendida por Temer, é um tema caro ao Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), entidade que reúne as principais empresas do comércio varejista.



Davide Marcovitch, presidente do Grupo Moët Hennessy na América Latina: “Tão importante quanto as reformas é o governo conseguir enxugar a máquina pública”

O setor sofre com as diferentes regras em cada Estado – a chamada guerra fiscal –, o que gera desequilíbrios concorrenciais. “A reforma tributária será perigosa se for apenas parcial, com aumento de carga e sem uma regra clara de transição”, diz Antonio Carlos Pipponzi, presidente do IDV e do conselho de administração da Raia Drogasil. “É preciso reduzir a informalidade e garantir um relativo equilíbrio entre os Estados e os demais segmentos da economia.” Nesse contexto, um dos principais desafios da equipe econômica é unificar regras tributárias sem gerar perdas de

arrecadação para nenhum Estado. Outro item importante é a revisão do pacto federativo.

A principal crítica de empresários e especialistas é em relação à concentração de impostos nas mãos da União, em detrimento de Estados e municípios. “Pedi estudos para reduzir os tributos, acabar com a quantidade excessiva de impostos e dividir melhor os impostos com as unidades da federação”, afirma o presidente Temer à DINHEIRO. Na pauta da desburocratização do governo, há uma série de ações que podem beneficiar o setor produtivo. A partir de janeiro de 2018, as grandes empresas deverão adotar o eSocial, um mecanismo que simplifica o pagamento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes da relação de trabalho. As demais empresas serão incorporadas ao eSocial a partir do segundo semestre do ano que vem.

O governo pretende unificar 13 obrigações atuais de quatro órgãos governamentais distintos (Receita Federal, INSS, Caixa e Ministério do Trabalho), reduzindo o tempo gasto e custo para o cumprimento das obrigações. Além disso, está sendo instituída em todos os municípios a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), uma ação inspirada nas notas eletrônicas adotadas com sucesso em vários Estados. Para a alegria dos empresários, o governo também promete simplificar os procedimentos de restituição e compensação entre os tributos administrados pela Receita

Federal, inclusive a compensação entre a contribuição previdenciária e demais tributos. Na prática, significa que o caixa das empresas receberá os recursos com mais rapidez.



Dyogo de Oliveira, ministro do Planejamento: “É premente a Reforma da Previdência: se não a fizermos, os gastos com aposentadorias e pensões consumirão 80% do orçamento, até 2050”

CRÉDITO Dentre as prioridades do presidente para o reaquecimento do Produto Interno Bruto (PIB), há outras medidas microeconômicas. Uma delas é a transformação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada nos empréstimos do BNDES, em Taxa de Longo Prazo (TLP). O objetivo é reduzir os subsídios nestes financiamentos, aproximando a TLP das taxas praticadas pelo mercado. “Isso aumentará a potência da política monetária, permitindo a redução estrutural dos juros”, disse o ministro Dyogo Oliveira aos empresários. “Será um grande avanço”, diz Wellington Moreira Franco, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, à DINHEIRO.

“Vai baixar os juros reais.” O setor de bens de capital, no entanto, vê com muita preocupação essa mudança. “As empresas, que já estão muito endividadas, não conseguem investir com juros





elevados”, afirma José Velloso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). “Se a TLP tiver uma taxa de mercado de 16% ao ano, o investimento será inviável.” Para o setor imobiliário, que tem grande potencial de gerar empregos rapidamente, a medida mais aguardada está nas mãos do Conselho Monetário Nacional (CMN), que reúne o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, e os ministros da Fazenda e do Planejamento.

Trata-se da regulamentação da Letra Imobiliária Garantida (LIG), um instrumento de captação de recursos alternativo aos fundings atuais, que são a caderneta de poupança, o FGTS e a Letra de Crédito Imobiliário (LCI). O objetivo é ampliar a oferta de crédito de longo prazo para a construção civil. Outro item em estudo é a criação da duplicata eletrônica, um sistema que impedirá que um ativo seja dado como garantia em duas operações diferentes. Ao aumentar a segurança dos credores em relação às garantias, o custo do crédito tende a cair, inclusive para pequenas empresas.

Para os consumidores, o avanço ocorrerá por meio do cadastro positivo. Um projeto de lei, que prevê a adesão automática de todos os brasileiros à lista de bons pagadores, está em tramitação no Congresso Nacional. Quem não quiser participar terá de solicitar a sua exclusão, invertendo a lógica atual. Esse tema é monitorado de

perto pelo Banco Central, que acredita na redução dos juros para os clientes que possuem um histórico positivo de pagamentos. No âmbito do varejo, o governo já autorizou a diferenciação de preço entre os meios de pagamentos, como dinheiro, cheque e cartão de crédito e débito. Falta, no entanto, definir uma redução no prazo que as operadoras de cartões têm para ressarcir os lojistas.

“O governo está no caminho correto, mas é preciso melhorar também o curto prazo”, afirma Roberto Giannetti da Fonseca, presidente da Kaduna Consultoria. “Faltam medidas de microeconomia para as exportações e a infraestrutura, que vão gerar empregos agora.” No comércio exterior, o governo Temer estuda a ampliação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) em 2018. “É um tema que está na nossa agenda e estamos trabalhando para a viabilidade dessa tão esperada e sonhada medida do governo para impulsionar as exportações brasileiras”, afirmou o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), Marcos Pereira, na quarta-feira 9, em evento no Rio de Janeiro.

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) defende a elevação da alíquota do Reintegra de 2% para 5%, aumentando a desoneração dos produtos vendidos ao exterior. Já no setor de infraestrutura, Temer aposta em uma nova leva de concessões à iniciativa privada

sairá do forno ainda neste ano, com projetos que podem somar R\$ 21 bilhões. A 14ª rodada de licitações de Blocos Exploratórios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), prevista para setembro, já tem 14 empresas credenciadas, das quais 11 são estrangeiras. Neste segundo semestre, o governo também vai conceder as quatro usinas da Cemig (São Simão, Miranda, Volta Grande e Jaguará) e a Lotex, loteria conhecida como “raspadinha”.

Há ainda a possibilidade de o governo incluir no pacote algumas rodovias, três linhas de transmissão de energia e o aeroporto de Viracopos, que foi devolvido ao poder público. Em 2018, há a previsão de uma nova leva de concessões de aeroportos, incluindo o carioca Santos Dumont, considerado uma das “joias” da Infraero. Não são apenas os empresários que estão confiantes no avanço da agenda econômica do presidente Temer. Os indicadores do mercado financeiro demonstram que, passada a fase mais turbulenta na política, os investidores nacionais e estrangeiros abriram os olhos para as oportunidades.

Na terça-feira 8, o índice Bovespa atingiu os 67.640 pontos, superando o patamar registrado em 17 de maio, data da divulgação das gravações da JBS. “Os investidores estão confiantes em que a matriz econômica será mantida”, diz Eduardo Velho, economista-chefe da INVX Global Partners. “Há, neste momento,





ingresso de investidores estrangeiros em fundos de ações no Brasil.” No mercado de câmbio, o dólar permanece comportado, abaixo de R\$ 3,20, enquanto o risco-país se aproxima do patamar da época em que o Brasil tinha grau de investimento.

Superada a primeira denúncia da PGR, dizem os empresários, é hora de o governo aproveitar a janela de oportunidade para aprovar as medidas que vão asfaltar a retomada do PIB. “As reformas em geral, e a da Previdência em particular, são

fundamentais para as expectativas de empresários e investidores”, diz Edmir Lopes de Carvalho, presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). “Não há outro caminho.” O presidente da Multiplus, Roberto Medeiros, concorda. “Se tem um governo que pode fazer as reformas é esse aí, que sabe que não terá continuidade”, diz o executivo. “Que o governo Temer entre para a história como um governo reformista.”

AGENDA MICROECONÔMICA

Conheça algumas medidas que governo pretende implementar para melhorar o ambiente de negócios



Simplificação tributária:

Reduzir de 2,6 mil horas para menos de 600 horas por ano o tempo médio que as empresas gastam para pagar impostos



eSocial:

Unificar o pagamento de 13 obrigações referentes a quatro órgãos (Receita Federal, INSS, Caixa e Ministério do Trabalho)



Letra Imobiliária Garantida (LIG):

Regulamentar o instrumento de captação de recursos alternativo aos fundings atuais do setor (poupança, FGTS e LCI)



Cadastro positivo:

Incluir automaticamente todos os brasileiros, reduzindo os juros para os bons pagadores



Varejo:

Reduzir o prazo que as operadoras de cartões têm para ressarcir os lojistas

Fonte: Ministério da Fazenda

Entrevista - Michel Temer

“A reforma da Previdência irá do jeito que negociamos”

Na segunda-feira 7, o presidente da República, Michel Temer, concedeu entrevista à DINHEIRO, na sede da Editora Três, em São Paulo



Carlos Sambrana, Milton Gamez

Passada a batalha na votação da denúncia da Procuradoria Geral da República, no Congresso, o senhor mantém o seu ímpeto reformista?

O meu ímpeto reformista continua o mesmo. Aliás, está maior ainda por uma necessidade política e econômica do Brasil.

O senhor teve 263 votos na Câmara, placar insuficiente para aprovar a reforma da Previdência. O senhor acredita que conseguirá os votos necessários?

Tivemos 263 votos e ainda 20 ausências. Os mais de 20 do PSDB que votaram contra são a favor das reformas. E muitos dos que votaram contra votarão a favor das reformas.

Como está a articulação política?

Ontem (domingo, 6 de agosto), fiz uma reunião com os ministros Meirelles e Moreira Franco; com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia; com o presidente do Senado, Eunício Oliveira; e colocamos como prioridade a aprovação da reforma da Previdência para setembro. Ou faz a reforma, ou o Brasil para. Dentro de três semanas, me reunirei com 400 deputados para tratar disso.

De que forma ela será enviada ao Congresso?

A reforma da Previdência irá do jeito que negociamos. Não dá para aprovar como você quer sempre. Ficou razoável e vamos fazer o que é possível. Daqui uns oito anos, teremos de fazer uma nova atualização.

E a reforma tributária, também será feita?

Não tenho falado em reforma, mas, sim, em uma simplificação tributária. Pedi estudos para reduzir os tributos, acabar com a quantidade excessiva de impostos e dividir melhor os impostos com as unidades da federação.

E o crescimento econômico, presidente? Quando virá?

O Brasil já está crescendo, ainda lentamente, mas está retomando. O País começou a gerar mais empregos e, a partir de setembro, acredito que vamos

entrar em um novo ritmo de crescimento. Mas, se você olhar para trás, pegamos o governo com uma inflação de 10,7%. Começamos combatendo a recessão. Até o fim do ano, a taxa básica de juros vai estar entre 7% e 7,5%.

Mas os juros reais não acompanham essa queda...

Há uma dissonância entre a taxa Selic e os juros reais. Sabemos disso e estamos discutindo isso.

Qual é o papel do BNDES no crescimento do País?

O BNDES ficou muito ligado aos campeões nacionais. Vamos estimular o crédito para pequenos e médios empresários. Minha gestão será marcada pela democratização do crédito. Faremos também acordos com cidades e Estados para investir em áreas sociais como saneamento.

A Petrobras voltará a investir em grandes projetos como antes?

Primeiro, a Petrobras precisa de um saneamento interno e o Parente (Pedro Parente, presidente da estatal) está fazendo isso. Isso não acontece de uma hora para outra. Fizemos uma modificação importante também que foi aprovar a lei que acaba com a obrigatoriedade da Petrobras investir no mínimo 30% em todos





os projetos do pré-sal. Isso mostra responsabilidade econômica.

O Brasil, hoje, conta com mais de 14 milhões de desempregados. Há algum plano para acelerar a geração de empregos?

Pegamos o País na recessão mais aguda de sua história. Primeiro, tivemos que combater isso. Para combater o desemprego, precisávamos combater a recessão. Faz três meses que o emprego voltou a crescer e voltará paulatinamente. A reforma trabalhista, que não foi fácil de ser aprovada, incentivará a geração de empregos. Ela trará mais flexibilidade para contratações e todos os direitos estão assegurados pela Constituição. Que-ramos dogmas ideológicos e políticos.

Por exemplo?

A PEC do Teto dos Gastos era chamada de a PEC da Morte, que iria acabar com o dinheiro da educação, da saúde. O que aconteceu? Aumentamos os orçamentos da educação e da saúde em R\$ 10 bilhões cada.

Falando em economia, quais são os seus principais acertos e os principais erros?

Os maiores acertos foram a aprovação da PEC do teto dos gastos, a reforma trabalhista e a liberação das contas inativas do FGTS, que injetou mais de R\$ 40 bilhões na economia.

E os erros?

Não teria feito nada diferente. Trabalho 18 horas por dia, estabeleci uma relação muito próxima com o Congresso Nacional. Equilibramos o poder entre presidencialismo e

parlamentarismo. Se alguém quiser popularidade, com objetivos eleitorais, não faz o que estou fazendo. Não estou preocupado com o agora, mas com o que vão ver no futuro.

Como o senhor quer ser lembrado no campo econômico?

Lá na frente, vão lembrar de mim como o presidente reformista, aquele que colocou o Brasil de volta nos trilhos. O próximo presidente vai pegar uma locomotiva econômica.

O que o sr. fará depois de 2018?

Quero ler, escrever e assistir a séries na Netflix.

Quais séries? House of Cards?

Tenho gostado da série Designated Survivor.

O drama de Meirelles

Frustração de receitas e dificuldade para cortar despesas criam um dilema para o Ministro da Fazenda: rever a meta fiscal ou aumentar impostos?



De olho nas contas: agravamento da situação fiscal obriga ministro da Fazenda a rever projeções para 2017 e 2018 (Crédito: Zanone Fraissat/Folhapress)

Ivan Ryngeblum

Quando assumiu o poder, no ano passado, o presidente Michel Temer deu ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a árdua missão de recolocar as contas do governo nos trilhos. Pouco mais de um ano se passou e o quadro fiscal continua fora de controle, com receitas frustradas e gastos excessivos. A gravidade do problema ficou nítida no primeiro semestre, quando o País registrou o maior déficit primário de sua história. Foram R\$ 56,1 bilhões, com as receitas caindo 1,2% e as despesas crescendo 0,5%, em relação ao mesmo período do ano passado. Diante de fatos inexoráveis, a equipe econômica se debruça sobre o tema em busca de uma alternativa que gere o menor dano à economia brasileira. Ou o governo revisa a meta fiscal e enfrenta um possível rebaixamento do rating do País ou aumenta os impostos e corre o

risco de paralisar o setor produtivo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017 prevê um déficit fiscal de R\$ 139 bilhões, meta que tem se mostrado inatingível. Em março, a equipe econômica anunciou o contingenciamento de R\$ 42,1 bilhões em recursos do orçamento para despesas não obrigatórias, que representam 10% dos gastos totais. Do lado das receitas, o governo contava com a entrada de recursos extraordinários para diluir o impacto do contingenciamento. O dinheiro não veio e o rombo continuou crescendo. Os gastos obrigatórios, responsáveis por 90% do que o governo despense, são incontroláveis. O déficit da Previdência, em especial, cresceu 37,1%, para R\$ 82,66 bilhões. “O governo tem conseguido manter os gastos discricionários abaixo do teto, mas a receita está muito aquém do normal”, diz Rafael Bistafa, economista da Rosenberg Associados.

A falta de recursos extraordinários é produto de uma série de alterações feitas nos projetos da equipe econômica pelo Congresso (veja quadro ao final da reportagem). Uma das principais frustrações veio com as mudanças promovidas no Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), a nova versão do Refis. O governo

esperava arrecadar R\$ 13 bilhões ainda este ano com o texto original, mas como a Câmara dos Deputados ofereceu desconto de até 99% em juros e multas, a estimativa caiu para menos de R\$ 500 milhões. Para o ex-diretor de assuntos internacionais do Banco Central (BC) Alexandre Schwartzman, a falta de perspectiva de recursos extraordinários é a conta que o presidente Temer teve de pagar para barrar o pedido de investigação feito pela Procuradoria Geral da República (PGR) por suspeita de corrupção passiva. “Existe uma frustração de receitas, mas houve uma decisão deste governo de utilizar o seu capital político para sobreviver”, afirma Schwartzman.

Diante disto, o governo estuda alterar a meta fiscal. A possibilidade foi admitida pela primeira vez por Meirelles em 31 de julho. A mudança quase foi anunciada na quinta-feira 10, quando o presidente se reuniu com a equipe econômica, auxiliares e líderes do Congresso para tratar do assunto, mas a decisão foi adiada por mais alguns dias, porque o governo quer avaliar melhor os dados antes de bater o martelo. “O caminho para não aumentar impostos é controlar as despesas”, disse Meirelles, após a reunião. “É a única saída.” A expectativa é que a nova meta de déficit para 2017





seja estabelecida em R\$ 159 bilhões. Se confirmada, esta será a décima mudança desde a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000.

Embora indesejada, a alteração fiscal pode ser menos traumática do que muitos imaginam. “A revisão não possui impacto significativo, porque nós já projetamos um déficit maior”, afirma Samar Maziad, analista sênior da agência de classificação de riscos Moody’s, (leia entrevista ao lado). Segundo ela, a perspectiva de R\$ 159 bilhões equivale a um déficit de 2,5% do PIB, enquanto a agência estima um saldo negativo de 2,4% para este ano. Para evitar mais um desgate em 2018, quando o País precisa cumprir um déficit de R\$ 129 bilhões, o governo considera as mesmas alternativas: revisar a meta ou aumentar impostos.

Na terça-feira 8, Temer admitiu a existência de estudos para aumentar a alíquota de Imposto de Renda, mas que não havia nada decidido. A declaração provocou reações imediatas, inclusive de aliados. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que a proposta “não passa” na Casa. O setor privado também reagiu contra a fala. “As notícias causam preocupação”, diz Alencar Burti, presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). “Todos são afetados negativamente

pelo aumento de imposto.” No fim do dia, em nota, a Presidência disse que nenhuma proposta do tipo será enviada ao Congresso e que o presidente fez “menção genérica” sobre o assunto.

“A aprovação de uma ampla reforma do sistema previdenciário é o fator chave para a qualidade de crédito do Brasil”



Samar Maziad, analista sênior da Moody’s responsável pelo rating do Brasil (Crédito:Divulgação)

O aumento da meta pode trazer algum prejuízo para a economia brasileira?

A revisão da meta para um déficit fiscal de R\$ 159 bilhões não será um movimento significativo, porque nós já projetávamos um déficit elevado. Esperamos que o déficit fiscal de 2017 seja de 2,4% do PIB. Um déficit de R\$ 159 bilhões equivalerá a um resultado primário de -2,5% em 2017, o que não é muito diferente do que nós projetamos.

A mudança pode provocar alguma mudança no rating do

País?

Não. Como nós afirmamos na nossa decisão de 26 de maio, quando mudamos a perspectiva do rating do Brasil de estável para negativo, os fatores que podem levar a um rebaixamento são a intensificação da crise política, gerando um período prolongado de incerteza e resultando em impactos nas perspectivas macroeconômicas e fiscais, e o retrocesso das reformas fiscais já aprovadas, principalmente o teto de gastos. Por outro lado, reformas estruturais que gerem maior crescimento no médio prazo e acelerem o ritmo da consolidação fiscal, estabilizando a dívida do governo, podem levar à elevação do rating.

O governo está fazendo tudo o que é necessário no lado fiscal?

A aprovação de uma ampla reforma do sistema previdenciário é um fator chave para a qualidade de crédito do Brasil. Também é importante que o governo respeite o teto de gastos instalado no ano passado.

O que o Brasil precisa fazer para recuperar a economia?

A continuidade da política econômica e a realização das reformas fiscais, incluindo o respeito ao teto de gastos para além de 2018, serão fundamentais para estabilizar o nível da dívida do País.





CADÊ O DINHEIRO?

O governo buscou diversas formas reforçar seu caixa com novas fontes



INICIATIVA	PROJEÇÃO INICIAL	PROJEÇÃO REVISADA
Refis	R\$ 13,0 bilhões	R\$ 500 milhões
Repatriação (2ª fase)	R\$ 12,7 bilhões	R\$ 2,8 bilhões
Parcelamento de débitos previdenciários de Estados e municípios	R\$ 2,2 bilhões	R\$ 220 milhões (até o momento)
Reoneração da folha de pagamento	R\$ 4,0 bilhões	Governo vai enviar novo texto ao Congresso
Leilão de hidrelétricas da Cemig	R\$ 11,0 bilhões	Caso está sendo questionado pelo TCU

Por um teto setorial

Raul Velloso

O governo Temer praticamente acabou. Entre outras coisas, faltou: 1) trabalhar mais pelo investimento; 2) descentralizar o teto dos gastos e 3) ajustar a Previdência pública. Se fizermos um gráfico com os dados do PIB mensal, depois dos dois anos da queda seguida que se iniciou no primeiro trimestre de 2014, o índice de março de 2016 fica parado até maio de 2017, com alguma oscilação no meio do caminho. Ou seja, em que pese o risco Brasil só ter caído — demonstrando o otimismo dos investidores externos conosco —, a demanda mundial ido bem obrigado, a inflação nunca ter sido tão baixa, e a taxa de juros Selic ter caído sistematicamente até agora, há 14 meses estamos totalmente estagnados, sem que se possa afirmar que esse é o fundo do poço. Boa parte dessa evolução coincide com a da taxa de investimento, que explica, assim, a maior recessão de nossa história. Se o crescimento não reage via forças normais de mercado, o governo deveria ter perseguido o objetivo central de destravar o investimento dentro e fora do seu próprio ambiente, noite e dia.

A primeira parte dessa tarefa é focar em infraestrutura, a prioridade mais óbvia do país. Ao que alguém poderia reagir: “Não foi criado o PPI, entregue inicialmente a um político bem próximo do

presidente?” Fora do lugar próprio (a rigor deveria estar no pouco operante Ministério do Planejamento) o problema é que no PPI só se trata de coisas com impacto a longo prazo, basicamente para evitar atritos com os órgãos de fiscalização. Por que não chamá-los para uma conversa franca, aberta à sociedade, para combinar quem faz o quê? Um não deveria executar e o outro só fiscalizar? O próprio ministro Bruno Dantas, do TCU, propôs um “pacto” para acertar essas coisas, mas nada se fez. Sem dinheiro no orçamento e para ter efeito rápido, como têm dito o ex-ministro dos Transportes César Borges e eu, trata-se de estender o prazo da concessão da Via Dutra, onde há obras urgentes pendentes de autorização.

Além disso, é preciso reestruturar as concessões rodoviárias da safra de 2013, abaladas pela forte recessão, para as quais o governo, com medo do TCU, só admite a solução errada de relincar, o que transferiria seus efeitos para daqui a não sei quantos anos, e ainda assim com pesados prejuízos. Fazer o que precisa ser feito poderia implicar investimentos imediatos de quase R\$ 20 bilhões, principalmente no Rio, onde a recessão é mais forte. Outra parte a atacar seria a correção da política fiscal capenga em vigor, fator que explica boa parte da elevada

incerteza reinante. Isso poderia injetar mais demanda na economia e desanuviar o ambiente para os investimentos privados.

Na União, sem medidas complementares de ajuste do gasto obrigatório, que predomina no orçamento, a PEC do Teto acabará contribuindo quase nada para clarear as coisas no curto prazo. A maioria sabe que é só questão de tempo para a PEC “micar”. Num quadro de recessão aguda e da não aprovação de qualquer ajuste desse tipo de gasto, o governo prioriza o cumprimento da meta irrealista de um déficit primário de R\$ 139 bilhões, se esquecendo de que, apesar das dificuldades, o crescimento do gasto tende a ficar abaixo da inflação pelo menos este ano, e que a cobrança do mercado financeiro não é tão forte assim. E aí passou a propor aumento de tributação erraticamente, algo obviamente inadequado para o momento atual.

Nesse sentido, bastaria dizer que o teto é a política central, e que o primário voltaria à meta quando a recessão cedesse. Na verdade, a PEC do Teto teria outro valor, se fosse aplicada setor a setor. Dessa forma, serviria para conter os gastos dos segmentos que venho denominando de “donos do orçamento”: Pessoal Ativo, Previdência Pública, Poderes





Autônomos (Legislativo, Judiciário, MPU e TCU), Saúde e Educação, onde só há gasto obrigatório. Só que esses são exatamente os que, na prática, ficaram de fora do alcance dessa política. Como o teto vale para o total e não para as partes, o ajuste é feito todo no investimento, onde justamente a prioridade deveria estar.

Além de priorizar o investimento e refazer a PEC do Teto, o segredo seria focar na Previdência pública, onde estão os maiores privilégios, e fazer o que a Constituição manda, ou seja, zerar os passivos atuariais via criação de fundos de recebíveis e aumento de contribuições, inclusive patronais, equacionando esse item à parte do Orçamento. Como nenhum dos setores acima paga contribuição patronal ou a conta de seus próprios aposentados, uma nova emenda de teto com incidência setorial poderia exigir que cada setor arcasse, dentro do seu quinhão — que seria fixo em termos reais — com pelo menos parte desses gastos até atingir o total. Essa é a reforma mínima que tem de ser tentada agora, em conjunto, se der, com uma mudança nas regras da Previdência focada apenas nos servidores públicos, inclusive militares. Algo análogo deveria ser feito nos estados e municípios, onde os erros são os mesmos, mas o limite desta coluna me impede de detalhar.

Governo acha irregularidade em 60 mil benefícios assistenciais

MAELIPRADO
DE BRASÍLIA

Em busca de receitas e maior eficiência nos programas sociais, o governo deu início a um primeiro pente fino no BPC (Benefício de Prestação Continuada), direcionado a idosos e deficientes de baixíssima renda, e encontrou 60 mil benefícios irregulares.

Os cancelamentos gerarão uma economia inicial estimada em R\$ 670 milhões.

O Ministério do Desenvolvimento Social encontrou 17 mil pagamentos a pessoas que já morreram. Esses casos totalizam R\$ 190 milhões por ano e já foram cancelados.

Em outro cruzamento de dados, foram identificadas 43 mil pessoas que recebem o recurso mesmo possuindo renda maior que o valor fixado para entrar no programa.

Uma redução ainda maior de custos é esperada em 2018, quando peritos verificarão in loco as condições físicas e de moradia dos beneficiários.

Pelas regras, têm direito a um salário mínimo deficientes

incapacitados e pessoas acima de 65 anos, nos dois casos com renda familiar inferior a um quarto do piso.

O programa, que atende hoje a 2,48 milhões de deficientes e 1,99 milhão de idosos e custa R\$ 50 bilhões, não era revisado desde 2008.

As fiscalizações que vêm sendo realizadas em programas como auxílio-doença, Bolsa Família e aposentadoria por invalidez são consideradas pelo Ministério do Planejamento uma das fontes de receita para ajudar no cumprimento da meta fiscal.

Essas varreduras, que geraram uma receita adicional superior a R\$ 7 bilhões neste ano, chegaram ao BPC.

Entre julho e agosto, o Ministério do Desenvolvimento Social enviou cartas aos favorecidos pedindo que atualizem seus cadastros. A expectativa é que até novembro R\$ 480 milhões em incentivos sejam cancelados.

"As revisões têm como objetivo dar mais eficiência ao gasto social, que cresceu muito nos últimos anos sem revisões aprofundadas.

Há casos em que a doença não é incapacitante, e em que o usuário na verdade é candidato ao Bolsa Família, não ao BPC", diz o secretário executivo da pasta, Alberto Beltrame.

A diferença para as contas públicas é grande. O Bolsa Família paga, em média, R\$ 181. O BPC concede R\$ 937.

O Desenvolvimento Social aguarda o fim do pente fino do auxílio-doença para dar início à etapa mais aprofundada de revisão no BPC.

"Estamos nos organizando para racionalizar as visitas, focando somente nos casos em que é mais provável que a situação tenha mudado desde a concessão do benefício."

As visitas vão avaliar não somente as condições financeiras do beneficiário, mas também sua situação social -moradia, transporte e oportunidades de trabalho.

"Ser cadeirante em São Paulo é diferente de ser cadeirante no interior da Paraíba. São essas diferenças que a checagem também vai abordar", disse Beltrame.

Temer deve anunciar hoje revisão de metas para deficit de R\$ 159 bi

MARINA DIAS
LAÍSALEGRETTI
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer vai definir nesta segunda-feira (14) os últimos detalhes para o anúncio da revisão das metas fiscais de 2017 e de 2018 e as medidas de redução dos gastos e aumento da arrecadação necessárias para o governo fechar as contas.

O anúncio das novas previsões, que devem ficar em torno de um deficit de R\$ 159 bilhões para os dois anos, só deve ser feito após nova reunião entre o presidente e sua equipe política e econômica.

A expectativa de integrantes do governo é que a divulgação dos números e do conjunto de medidas seja feita ainda nesta segunda, depois do encontro no Planalto.

Temer tentou, durante reuniões no fim de semana, alinhar o discurso entre os ministros da área política, como Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo) e Moreira Franco (Secretaria-Geral), e os da área econômica, Henrique Meirelles (Fazenda) e Dyogo Oliveira (Planejamento).

Apesar de haver certo consenso no governo de que a ampliação do deficit de 2017 deve ser de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões, e a do ano que vem, de R\$ 129 bilhões também para R\$ 159 bilhões, há divergências sobre como chegar a esse patamar.

Meirelles, por exemplo, insiste que o rombo de 2018 deve ser menor que o de 2017, cerca de R\$ 149 bilhões, na tentativa de passar ao mercado a mensagem de que há trajetória de redução do deficit.

Entre as medidas debatidas pelos auxiliares de Temer -e que devem ser anunciadas juntamente com a revisão das metas fiscais- está o adiamento do reajuste de servidores, de 2018 para 2019, o que fará com que a União economize R\$ 9,8 bilhões.

Além disso, o salário inicial de novos servidores ficará restrito a R\$ 5.000 e haverá corte de benefícios como auxílio-moradia e ajuda de custo em casos de remoção.

Também em análise está o aumento da contribuição previdenciária de servidores da União, dos atuais 11% para 14% - mas o Planalto teme reação

negativa do setor.

O governo deve ainda acabar com o auxílio-reclusão, benefício pago aos dependentes de presidiários que são segurados do INSS.

Integrantes da equipe econômica admitem que essa medida não tem grande impacto fiscal no curto prazo -dos cerca de R\$ 600 milhões gastos anualmente com o programa, a economia seria de apenas R\$ 25 milhões nos primeiros anos.

Mas a avaliação é que essa iniciativa, que precisa passar pelo Congresso, tem, nas palavras de um auxiliar do presidente, "apelo popular".

Uma das principais preocupações é conseguir o apoio dos parlamentares para aprovar medidas de aumento de receitas e de contenção de despesas, muitas delas consideradas impopulares às vésperas de um ano eleitoral.

Na semana passada, por exemplo, Temer desistiu de anunciar o aumento da alíquota do Imposto de Renda de contribuintes mais ricos, em estudo no Ministério da Fazenda, em razão





das reações negativas, inclusive na sua base aliada.

Com dificuldade de arrecadação, o governo deixou claro, contudo, que avalia aumentar outros tributos.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já disse que os parlamentares não aprovarão nenhum tipo de aumento de impostos e que há muita dificuldade em conseguir o dinheiro esperado pelo governo com o Refis.

A Fazenda esperava arrecadar cerca de R\$ 13 bilhões com o programa de negociação das dívidas com o Fisco, mas a projeção foi frustrada com modificações que o texto sofreu na Câmara e caiu para menos de R\$ 500 milhões.

*

AGENDA ECONÔMICA

Governo Temer atua em várias frentes

REONERAÇÃO DA FOLHA

A medida provisória foi revogada. Um projeto de lei sobre o tema será enviado ao Congresso, provavelmente para valer no ano que vem

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Proposta do governo, com alterações, foi aprovada em uma comissão do Congresso, mas ainda precisa passar por pelo menos quatro votações nos plenários da Câmara e do Senado

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo prometeu enviar proposta ao Congresso que começa pela reforma do PIS/Cofins

REFIS

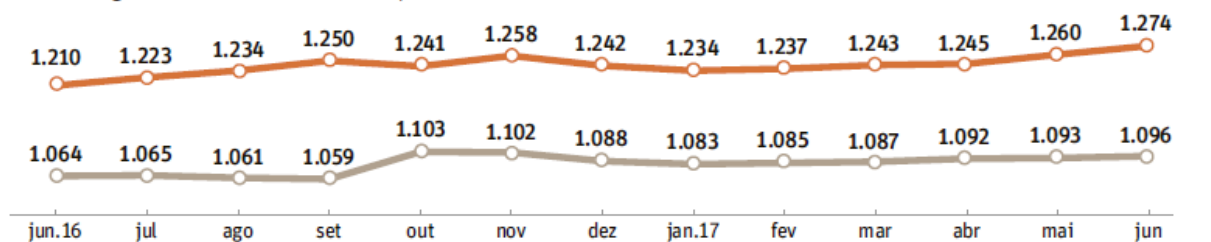
A primeira medida provisória sobre a questão da regularização tributária caducou. Outra, que tramita no Congresso, criou condições muito favoráveis a devedores. Agora, o governo quer elaborar uma terceira proposta, "mais equilibrada"

SERVIDORES

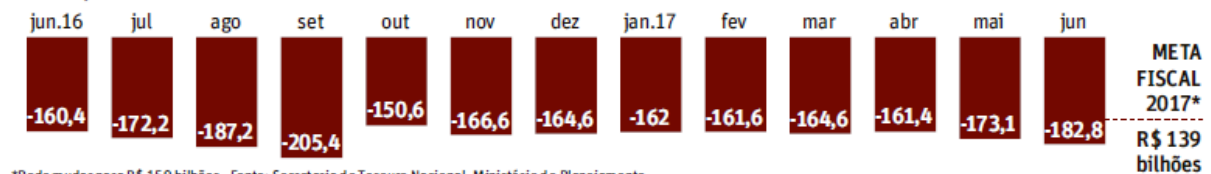
Governo estuda adiar reajustes programados para janeiro de 2018 e fazer cortes em benefícios, além de um PDV (programa de demissão voluntária) para o qual se espera baixa adesão, e aumentar a contribuição dos servidores de 11% para 14%

O TAMANHO DO BURACO Com despesas crescentes e receitas frustrantes, governo reavalia sua meta fiscal

Contas do governo central Receitas e despesas acumuladas em 12 meses, em R\$ bi



Deficit primário Acumulado em 12 meses, em R\$ bilhões



*Pode mudar para R\$ 159 bilhões Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento

REPÚBLICA EM TRANSE »

Você economiza, eles torram



Salão Verde da Câmara: um parlamentar chegou a alugar um jatinho para executivo por R\$ 39 mil para uma viagem entre Brasília e Foz do Iguaçu

Gastos de deputados com as cotas parlamentares mostram que a crise afetou apenas o cotidiano do eleitor. Reembolsos com passagens, aluguel de veículos e combustível continuam em alta, alguns nada justificáveis aos cofres públicos

Alessandra Azevedo

Enquanto os brasileiros se desdobram para encaixar as despesas no orçamento, os parlamentares nem de longe têm a mesma preocupação. O aumento recente no preço da gasolina, por exemplo, que deixou boa parte da população indignada, não teve

impacto na vida dos deputados federais, já que eles não precisam pagar combustíveis com o salário de R\$ 33,7 mil. Para arcar com esses e outros tipos de gastos, como alimentação e hospedagem, eles têm direito à chamada cota parlamentar, pela qual a Câmara reembolsa o dinheiro que eles usam com as despesas. O valor varia de acordo com o estado de origem do deputado: de R\$ 39.503,61 por mês, para os de Tocantins, a R\$ 44.632,46, para os acrianos. A margem de ressarcimento é maior de acordo com a distância do estado até Brasília — a lógica é que, quanto mais longe, mais cara é a passagem.

Ou seja, além de pagar o combustível dos próprios veículos, os brasileiros também enchem o tanque dos parlamentares. Só até julho deste ano, a Câmara reembolsou R\$ 10 milhões aos deputados por gastos com “combustíveis e lubrificantes”, segundo levantamento do Correio. Isso sem contar os R\$ 14,8 milhões que eles usaram para alugar carros. Caso prefiram não dirigir, os deputados podem também chamar um táxi ou um Uber, como faz boa parte dos brasileiros, com a diferença que basta apresentar uma nota fiscal para que eles sejam ressarcidos com dinheiro público. Junto com pedágios e estacionamentos, a Câmara reembolsou R\$ 568,3 mil, entre janeiro e julho, com esse tipo de gasto.

Para viagens mais longas — embora recentemente um deputado tenha feito o trajeto do aeroporto de Belo Horizonte (MG) até Divinópolis (MG) com Uber, pelo qual pagou R\$ 291 —, é possível comprar passagens aéreas ou fretar jatinhos e até lanchas, tudo reembolsado pela cota, sem que precisem encostar nos salários. Com todas essas opções, os deputados escolheram gastar mais com fretamento de aviões do que com passagens aéreas este ano. A Câmara ressarciu em R\$ 1,3 milhão o gasto com bilhetes de avião e em R\$ 1,6 milhão o aluguel de aeronaves.





Excesso

Em fevereiro, o deputado Giocobo (PR-PR), primeiro-secretário da Casa, pediu reembolso de R\$ 39 mil por apenas uma viagem de Foz do Iguaçu (PR) a Brasília, com uma parada em Cascavel (PR). Para fazer o trajeto, alugou um jatinho executivo Learjet 45. Atualmente, uma passagem de avião de Foz do Iguaçu para Brasília custa por volta de R\$ 500. Com o valor do aluguel da aeronave, daria para fazer 50 viagens de ida e volta entre os destinos.

O deputado não justificou o preço excessivo da viagem, mas a assessoria de imprensa dele ressaltou que ele usou valores permitidos pela cota e estava exercendo função parlamentar nas ocasiões. Entre janeiro e julho, Giocobo gastou R\$ 160 mil da cota parlamentar com o mesmo tipo de despesa. “Esse dinheiro está previsto no Orçamento da Câmara, mas vem do pagamento de impostos dos brasileiros. São gastos, muitas vezes, exorbitantes, porque muitos parlamentares veem a cota como uma complementação do salário deles. E não era para ser, era para arcar com os custos do

mandato. Deveriam passar um pente-fino”, defendeu o especialista em gastos públicos Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas.

Mesmo que Cascavel tenha sido parada obrigatória, a viagem de Foz do Iguaçu para lá não custa nem R\$ 100 de ônibus. A menos de duas horas de carro, a distância de 140km é menor que o trajeto de Brasília a Goiânia (210km), que, por mais perto que seja da capital, também é roteiro dos jatinhos alugados pelos parlamentares. O deputado goiano Alexandre Baldy (Podemos), por exemplo, gastou R\$ 5,9 mil para fazer esse trecho, que dura 45 minutos de avião, em junho. Segundo a assessoria de imprensa do deputado, na data, Baldy precisava cumprir duas agendas em horários próximos, uma em Goiânia, e outra na Câmara dos Deputados, em Brasília. “Em razão dos altos valores das passagens aéreas que se aproximavam de R\$ 2,5 mil (por pessoa/trajeto), ele optou pelo fretamento de uma aeronave, na qual realizou o trajeto acompanhado de um assessor”, justificou.

O deputado Paes Landim (PTB-

PI) gastou este ano R\$ 113,5 mil com fretamento de aviões, despesa justificada pela “necessidade de viajar às bases”. O gabinete informou que, no caso dele, era necessário o fretamento porque os municípios são distantes. Se ultrapassar o valor da cota em um mês, não tem problema: a Câmara permite que os deputados gastem além do limite mensal, desde que compensem nos próximos meses. Na prática, os valores são antecipados indiscriminadamente, de acordo com a necessidade de cada parlamentar. O saldo não usado pelo deputado em determinado mês acumula-se até dezembro.

A conta é do país

Confira as despesas com a cota parlamentar

Tipo de despesa Valor*

Combustíveis e lubrificantes R\$ 10 milhões

Passagens aéreas R\$ 1,3 milhão

Fretamento de aeronaves R\$ 1,6 milhão

Táxi, pedágio e estacionamento R\$ 568,3 mil

Fretamento de embarcações R\$ 47,5 mil

Total: R\$ 113,4 milhões

* até julho/2017

Planejamento propõe teto de R\$159 bilhões

Em meio às discussões do governo a respeito da revisão das metas fiscais de 2017 e 2018, o Ministério do Planejamento propôs que o déficit nas contas públicas neste ano e no ano que vem fique em R\$159 bi. A meta que vigora atualmente, o rombo nas contas deste ano será de R\$139 bilhões. Mas o governo ainda decidirá o valor a ser anunciado na revisão da meta.

O planejamento interno argumenta que a meta fiscal de 2018 não deve prever um déficit maior que o de 2017. A intenção do governo é mostrar que estão trabalhando para equilibrar as contas públicas. Comparado aos anos anteriores, o governo arrecadava o proporcional a 22% do Produto Interno Bruto (PIB), porém a arrecadação atual está em 20%. Cada ponto percentual equivale a R\$65 bi, segundo integrantes da área econômica. Em números, o governo está arrecadando R\$130 bi a menos que a média dos anos anteriores.